

Contributos da Juventude da Ilha de Moçambique para o Diálogo Nacional Inclusivo



O diálogo comunitário realizado na Ilha de Moçambique revela um conjunto de preocupações estruturais que reflectem, de forma clara, as percepções e expectativas das comunidades em relação ao Diálogo Nacional Inclusivo (DNI). No centro dessas contribuições está a ideia de que o diálogo só será efectivo se promover reformas reais na governação, redução das barreiras administrativas, maior participação cidadã e uma

economia mais funcional e competitiva. As vozes locais evidenciam que, para ser legítimo, o processo deve responder a problemas concretos que afectam o quotidiano das comunidades, desde a independência das instituições até às dificuldades no comércio e na criação de associações. As contribuições aqui sistematizadas constituem um diagnóstico comunitário essencial para orientar políticas públicas mais inclusivas e sustentáveis.

Sessão Comunitária - Ilha de Moçambique

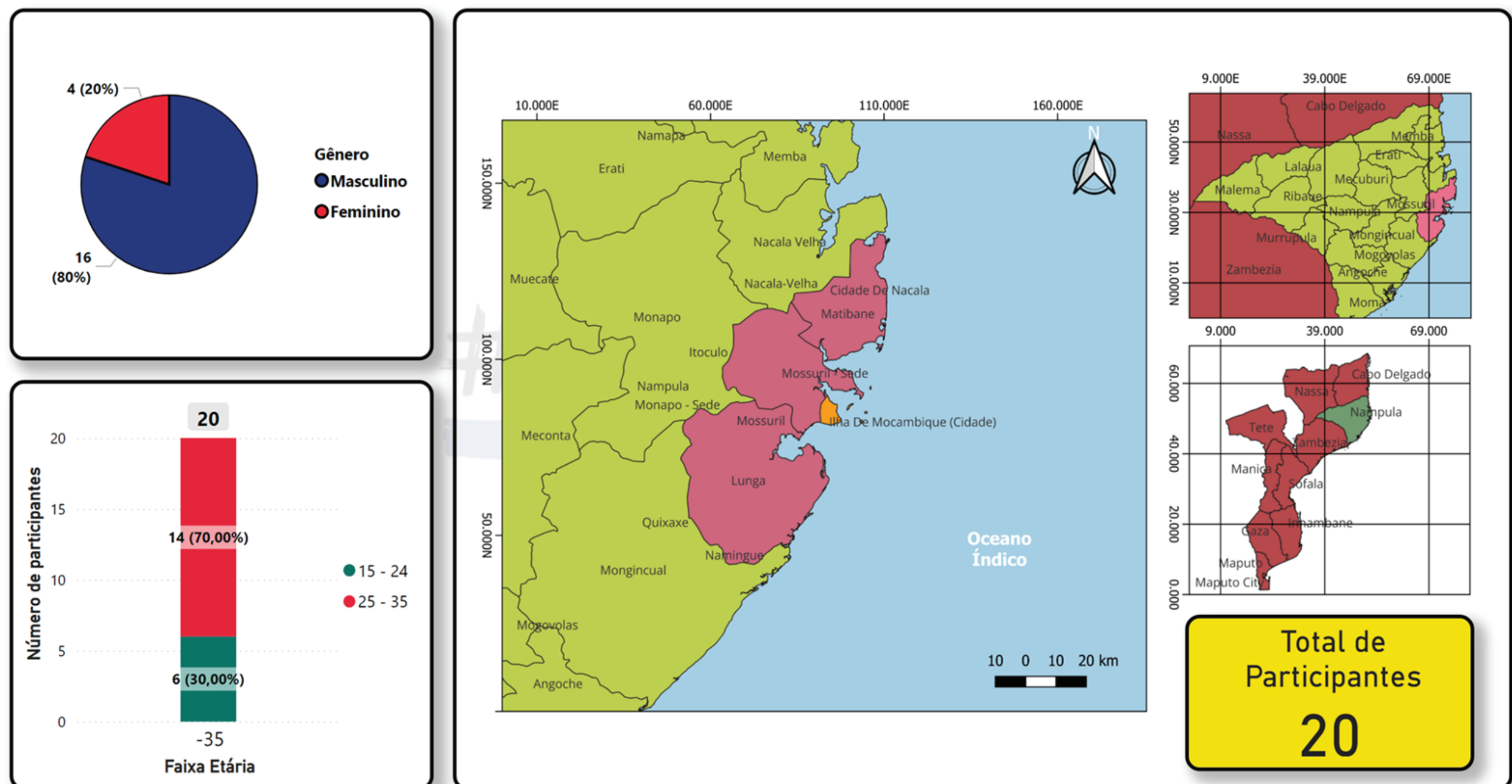


Figura 1: Perfil dos participantes das sessões

Governança, Legitimidade e Inclusão Política

As comunidades da Ilha de Moçambique enfatizam a necessidade de fortalecer a separação de poderes e garantir a independência das instituições públicas como condição fundamental para um DNI credível. A percepção de que o Executivo concentra demasiadas competências coloca em causa a imparcialidade de órgãos que deveriam fiscalizar o próprio Estado, diminuindo a confiança pública. Esta preocupação surge de forma clara na afirmação:

“O Presidente da República deve reduzir o número de cargos. Não deve nomear o Presidente do Tribunal Supremo, porque, se o fizer, dificilmente essa pessoa terá independência, afinal, foi ele quem a nomeou. O reitor de uma universidade também não deve ser nomeado pelo Presidente. O árbitro não pode ser jogador ao mesmo tempo”
(intervenção de um participante da oficina)

Esta crítica revela a demanda por um sistema institucional que garanta

equilíbrio de poderes e maior profissionalização das nomeações públicas.

Paralelamente, destaca-se a desconfiança histórica em relação a processos de diálogo anteriores. A memória colectiva recorda acordos que não se traduziram em mudanças concretas, o que alimenta o ceticismo sobre a actual iniciativa. Para as comunidades, o novo diálogo não pode repetir a tradição de promessas não cumpridas; precisa de estabelecer mecanismos transparentes de monitoria e implementação. Esta percepção é expressa na intervenção abaixo:

“Não tenho muitas expectativas em relação a este diálogo. A nossa história mostra que realizamos diálogos, mas nada acontece. Em 1992 tivemos acordos, mas não se cumpriu nada. Espero, desta vez, estar errado”
(intervenção de um participante da oficina).

Tal sentimento sublinha a necessidade de restaurar a confiança dos cidadãos através de compromissos claros e acompanhados de resultados visíveis. Outro ponto crucial abordado pela comunidade é o défice de representatividade. Para muitos participantes, a inclusão formal não é suficiente; é necessária uma integração real das diferentes forças políticas e sociais, sobretudo aquelas que

têm sido activas na contestação pública. A ausência desses actores fragiliza a legitimidade do processo e impede a construção de consensos duradouros. Isto é articulado na crítica:

“Este diálogo deveria ser integrativo e não apenas inclusivo. É um processo integrativo. Há partidos que estiveram envolvidos nos protestos e não foram chamados, não foram ouvidos”
(intervenção de um participante da oficina).

Esta posição reforça que a credibilidade do diálogo depende da pluralidade das vozes presentes.

Barreiras Administrativas, Economia Local e Participação Cidadã

Para além das questões políticas e institucionais, a juventude da Ilha de Moçambique identificam entraves administrativos que limitam a participação cívica e afectam o desenvolvimento comunitário. A burocracia excessiva para a criação de associações é vista como um obstáculo significativo, sobretudo num contexto onde estruturas comunitárias são essenciais para actividades culturais, económicas e sociais. O relato de uma associação que

levou quatro anos para ser formalizada evidenciando as dificuldades enfrentadas:

“Há muitas complicações para formalizar uma associação. Nós levámos quatro anos, o que é demasiado tempo. Este é um aspecto que devemos rever. Para publicar o estatuto gastou-se muito dinheiro. Foi um processo muito difícil. Estas políticas podem ser ajustadas para facilitar a vida do cidadão.”

(intervenção de um participante da oficina)



Esta contribuição aponta para a necessidade de reformas administrativas que tornem os processos mais céleres, transparentes e acessíveis. Em paralelo, emerge uma preocupação com as políticas nacionais de importação, que são vistas como prejudiciais à competitividade económica local. As comunidades sublinham que custos aduaneiros eleva-

dos e dificuldades logísticas desincentivam o uso dos portos moçambicanos e tornam os produtos mais caros para os consumidores nacionais.



As contribuições comunitárias mostram, assim, que um Diálogo Nacional inclusivo deve ir além das questões políticas centrais e abordar igualmente desafios estruturais que afectam directamente a vida das pessoas. A participação cidadã só se torna efectiva quando as condições económicas e administrativas são favoráveis e quando as políticas públicas respondem às realidades locais.



Recomendações Para que o DNI responda a às Demandas da Juventude da Ilha de Moçambique:

1. Reforçar a Independência Institucional e Garantir Representatividade Real: Para restaurar a confiança da juventude e assegurar a credibilidade do processo, o DNI deve promover mecanismos que reduzam a concentração de poder no Executivo e fortaleçam a independência dos principais órgãos públicos.

2. Reformar os Processos Administrativos para Facilitar a Participação Cívica e Associativa da Juventude: A juventude da Ilha de Moçambique enfrenta barreiras significativas para formalizar associações, um passo essencial para desenvolver iniciativas comunitárias, culturais e económicas. Assim, deve-se simplificar e digitalizar procedimentos de registo de associações, reduzir custos, encurtar prazos legais.

3. Rever Políticas Económicas e Aduaneiras: Ajustar as taxas aduaneiras, melhorar a eficiência do Porto de Nacala, reforçar infra-estruturas logísticas para Nampula e criar incentivos para jovens empreendedores envolvidos no comércio, turismo e inovação local.



Informação Editorial

Propriedade: Associação para a Promoção da Inclusão Social de Jovens e Diversidades em Moçambique – INCLUSÃO

Autores: Anésio Manhiça e Gabriel Tembe

Contactos: Tel.: +258 866352469 | Email: comunicacao@inclusao.org | Website: www.inclusaomoz.org

Endereço: Av. Maguiguana, Nº 1530, R/C, Maputo - Moçambique